

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Economia,  
Obras Públicas, Planeamento e  
Habitação  
Deputado Afonso Oliveira

Assunto – IAPMEI SEM PLATAFORMA PARA DESPESAS TRAVA EMPRESAS NA  
EXECUÇÃO DO PRR

Apesar de a escolha das agendas mobilizadoras ter sido anunciada publicamente pelo primeiro-ministro a 21 de junho de 2022 e de no final de março deste ano já terem sido pagos 188 milhões de euros em adiantamentos às empresas, o software para aquelas poderem comprovar os pagamentos feitos ainda não existe impedindo-as de pedir o reembolso das verbas já investidas no âmbito dos seus projetos.

Incompreensivelmente, *“O IAPMEI, enquanto beneficiário intermédio, optou por não utilizar o sistema de informação da Estrutura de Missão Recupera Portugal (EMRP) para receber candidaturas, contratação e efetuar pagamentos”*, conforme assumido por fonte oficial da estrutura que gere o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

*“Face a essa decisão, o IAPMEI tem agora de assegurar que o software desenvolvido recolhe e trata a informação e dados necessários para reporte da execução dos projetos, segundo as obrigações exigidas pelo regulamento europeu do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e as obrigações contratualmente assumidas com a EMRP”*, segundo a mesma fonte oficial.

Questionados sobre quando estarão disponíveis as ferramentas eletrónicas, a estrutura liderada por Fernando Alfaiate remeteu o esclarecimento para o IAPMEI, não tendo havido entretanto qualquer esclarecimento.

A maior parte das empresas e entidades que integram os consórcios das agendas mobilizadoras – das 56 agendas aprovadas estão 43 contratualizadas com um investimento previsto de 4,7 mil milhões, para um apoio do de 2,29 mil milhões – está

a avançar nos projetos graças às verbas que são adiantadas aquando da assinatura dos contratos, e que começou por ser de 13% do valor do investimento, mas que o Executivo decidiu aumentar em dez pontos percentuais, avançado à cabeça.

De acordo com o secretário de Estado da Economia, Pedro Cilínio, a meta seria pagar 200 milhões de euros em adiantamentos às empresas até ao final de março, valor que terá ficado em 188 milhões.

Mas a fasquia foi agora colocada em 2.300 milhões em meados de abril tendo em conta que há agendas que deverão ser assinadas em breve, como é o caso do Consórcio da Volkswagen.

Presentemente, as empresas recebem 13% das verbas após a assinatura dos contratos e 40 dias depois recebem mais 10%, mas depois não podem avançar com o reporte técnico nem financeiro.

Se a inexistência da plataforma pode não estar a afectar ainda algumas empresas, o impedimento em registar as despesas penaliza as empresas por uma segunda via: sem os comprovativos de execução os bancos recusam-se a adiantar mais verbas às empresas, por conta do dinheiro que irão receber posteriormente do PRR.

Este mecanismo destinado a aliviar as pressões de tesouraria das empresas que esperam pelas verbas de Bruxelas, quer pela burocracia quer pelas exigências inerentes ao uso de fundos europeus, falha assim o seu objetivo.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer a Vossa Excelência, no âmbito desta Comissão a que preside, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as necessárias diligências no sentido de ser ouvido o senhor Secretário de Estado da Economia na CEOPPH e poder prestar os esclarecimentos tidos por convenientes sobre esta matéria.

Lisboa, 12 de abril de 2023.

Os Deputados,